



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 31/2019**

PROCESSO N.º 23066.021094/2019-18

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 02 dias do mês de abril de 2020, a Universidade Federal da Bahia, com sede na Rua Augusto Viana, s/n – Canela, inscrita no CNPJ sob o nº 15.180.714.0001/04, neste ato representada por Elieide Santos Orrico – Coordenadora da Coordenação de Material e Patrimônio da UFBA, nomeada em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 56, de 17/03/2015.

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 10.024, de 2019; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 31/2019, conforme Ata publicada em 07/04/2020 e homologada pela CMP - Coordenação de Material e Patrimônio;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **SOSERV COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 86.985.595/0001-05, com sede na RUA SANTO ANTONIO, 126 - AREIA BRANCA, CEP 42.700-130, no Município de Lauro de Freitas / Bahia, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **JOAO CLAUDIO CORREIA**, portador (a) da Cédula de Identidade nº 0911457321 SSP BA e CPF nº 508.906.115-72, cuja proposta foi classificada em 01 lugar no certame.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futuro fornecimento de gêneros alimentícios, devendo ser entregues para atender às necessidades da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), da Escola de Nutrição (ENUFBA) e do Instituto de Química, da Universidade Federal da Bahia, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 31/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
<b>GRUPO 03 - FRUTA IN NATURA</b>					
60	ABACAXI PÉROLA - FRUTA IN NATURA, ABACAXI, ESPÉCIE PÉROLA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 1 KG.	IN NATURA	232	UNIDADE	R\$1,80
61	BANANA PRATA - FRUTA IN NATURA, BANANA, ESPÉCIE PRATA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 180 GR.	IN NATURA	1.057	KG	R\$1,98
62	BANANA TERRA - FRUTA IN NATURA, BANANA, ESPÉCIE DA TERRA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 220 GR.	IN NATURA	1.013	KG	R\$2,00
63	GOIABA VERMELHA - FRUTA IN NATURA, GOIABA, VERMELHA, USO CULINÁRIO. KG.	IN NATURA	140	KG	R\$2,98



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

64	LARANJA LIMA - FRUTA IN NATURA, LARANJA, ESPÉCIE LIMA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 250 GR.	IN NATURA	1.000	UNIDADE	R\$0,70
65	LARANJA PERA - FRUTA IN NATURA, LARANJA, ESPÉCIE PERA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 250 GR.	IN NATURA	1.034	KG	R\$1,90
66	LIMÃO TAITI- FRUTA IN NATURA, LIMÃO, ESPÉCIE TAITI. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 120 GR.	IN NATURA	1.117	KG	R\$1,95
67	MAÇÃ GALA - FRUTA IN NATURA, MAÇÃ, ESPÉCIE GALA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 140 GR.	SKILL	556	KG	R\$3,99
68	MAMÃO HAVAI- FRUTA IN NATURA, MAMÃO, ESPÉCIE HAVAI. PRIMEIRA QUALIDADE.	IN NATURA	326	KG	R\$1,97
69	MARACUJÁ - FRUTA IN NATURA, MARACUJÁ, ESPÉCIE DOCE. PRIMEIRA QUALIDADE.	IN NATURA	120	KG	R\$3,70
70	MELANCIA - FRUTA IN NATURA, MELANCIA, ESPÉCIE PAULISTA. PRIMEIRA QUALIDADE, COM MÉDIA DE 5 A 7 KG.	IN NATURA	310	KG	R\$0,70
71	MELÃO - FRUTA IN NATURA, MELÃO, ESPÉCIE AMARELO, APLICAÇÃO ALIMENTAR. PRIMEIRA QUALIDADE.	IN NATURA	221	KG	R\$1,40
72	TANGERINA - FRUTA IN NATURA, TANGERINA. PRIMEIRA QUALIDADE.	IN NATURA	500	KG	R\$2,95
73	MANGA TOMMY - FRUTA IN NATURA, TIPO MANGA, ESPÉCIE TOMMY ATKIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSIFICAÇÃO: A	IN NATURA	320	KG	R\$2,40
74	PERA PORTUGUESA - FRUTA IN NATURA, PERA, PORTUGUESA,	CIMA FRUTAS	400	KG	R\$6,99

### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

esamio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

- 3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### 4. VALIDADE DA ATA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da homologação, não podendo ser prorrogada.

#### 5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

- 5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
  - 5.9.2. a pedido do fornecedor.

## 6. DAS PENALIDADES

- 6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Município de Salvador, 02 de abril de 2020.

Elieide Santos Orrico – Coordenadora de Material e Patrimônio/UFBA

~~SOSERV COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI~~ JOAO CLAUDIO CORREIA